

O PLANO CAMPONÊS E SUA RELAÇÃO COM A POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

**JESSICA SILVA DE AVILA¹; NINO RAFAEL MEDEIROS KRUGER²;;
CRISTINE JAQUES RIBEIRO⁴**

¹Universidade Católica de Pelotas – *jessykah_ng@hotmail.com*

²Universidade Católica de Pelotas – *contatorafaelkruger@hotmail.com*

⁴Universidade Católica de Pelotas – *cristinejrib@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a apresentar o projeto de pesquisa intitulado “Alimentação enquanto direito humano e sua relação com o plano camponês no Estado do Rio Grande do Sul: Caso de Pelotas.” Convém ressaltar que este plano é resultante da demanda dos movimentos sociais vinculados a via camponesa que se organizam e constroem a nível nacional este plano camponês onde no Rio Grande do Sul o mesmo é viabilizado. Faz-se relevante destacar que vivemos em um modo de produção extremamente excludente, o capitalista, onde o mesmo permite acumulação e miséria assim muitas pessoas além de ter tantos outros direitos sociais básicos negados acabam tendo também negligenciado o direito a alimentação esse que é pressuposto para a sobrevivência humana. Neste contexto se constitui a relevância de tal programa que defende a agricultura familiar camponesa e o direito humano a alimentação. Quando prevê incentivo financeiro para produção no campo e a distribuição dos alimentos no espaço urbano para 612 famílias vinculadas ao MTD.

Segundo, que este plano prioriza a produção da agricultura camponesa que tem os princípios pautados na autonomia denunciando a captura da grande indústria e da monocultura. Há ainda nessa proposta apresentada pela Via Camponesa outra questão muito relevante, Quando a mesma além de reivindicar incentivo financeiro para produção ela ainda considera a importância desse alimento ser produzido agroecologicamente o que garante a qualidade do mesmo.

Sendo assim, a pesquisa irá detalhar os documentos que relacionam-se com a proposta deste programa e programas afins, vinculados na Lei de Segurança Alimentar e Nutricional bem como identificar a relação que o Programa Camponês propõe ter com o espaço urbano, especificamente, junto ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) no município de Pelotas/RS. Este trabalho irá trabalhar principalmente a relação do plano supracitado com a política de segurança alimentar e nutricional.

2. METODOLOGIA

A proposta metodológica é desenvolver um estudo qualitativo utilizando a pesquisa documental e bibliográfica para produção, coleta e análise dos dados. E observação no sentido de acompanhar os processos coletivos, especificamente, do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, suas lutas e conquistas. Para tanto serão acompanhadas as reuniões com o objetivo de efetivação do plano a nível municipal bem como a aproximação com os núcleos do MTD distribuídos nos diferentes bairros do município.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em síntese o programa camponês atende as diretrizes da política de segurança alimentar ao modo que prevê o acesso ao alimento de qualidade e incentiva a produção por meio da agricultura familiar de forma sustentável. Lembrando ainda que os mesmos devem ser usados como dispositivo político para que as pessoas se auto-organizem e consigam alcançar um processo de autogestão e a partir disso pode-se conseguir com a produção dessas demandas coletivas uma potencialidade frente ao poder público

Onde este tem semelhança com dois programas federais o PAA e o PNAE estes que também investem na produção de alimentos com qualidade bem como no incentivo à agricultura familiar. Sendo que ambos são ações do governo que federal visando o enfrentamento da fome e da pobreza no país. No entanto o PAA distribui alimentos para rede socioassistencial popular como Organizações não governamentais, associações populares, hospitais etc. Enquanto que o PNAE prevê que 30% da alimentação escolar deve ser adquirida da agricultura familiar e dos assentados da reforma agrária.

Então percebemos que os objetivos dos movimentos sociais vinculados a via camponês está relacionado à segurança alimentar e nutricional visto que os referidos movimentos almejam uma transformação na estrutura fundiária brasileira onde atualmente ainda busca-se o enfrentamento ao atual modo de produção capitalista a partir de uma produção de alimentos com qualidade, ou seja, a produção agroecológica. Como proposto pelo plano camponês que prevê incentivo financeiro do Estado para a produção de alimentos no espaço rural para que os mesmos sejam distribuídos nas zonas urbanas para incentivar a organização destas populações ainda visando garantir acesso a uma alimentação de qualidade visto que a prioridade de incentivo é para a produção agroecológica. Esse plano foi apresentado aos governos estaduais, sendo que no Estado do Rio Grande do Sul o mesmo teve continuidade sendo transformado em programa. Na cidade de Pelotas recorte que pretendemos analisar a partir desse projeto de pesquisa, os alimentos serão produzidos por cooperativas vinculadas ao MST situadas no município de Piratini e Canguçu e serão distribuídas no espaço urbano através do MTD que vem se organizando em núcleos de diferentes bairros da zona urbana. Consideramos que o programa camponês é uma política pública que assegura a segurança alimentar e nutricional está que na legislação vigente é definida sendo que:

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006)

Até então o que se tinha eram ações onde a compreensão de segurança alimentar “limitava-se a avaliar o controle do estado nutricional dos indivíduos, sobretudo a desnutrição infantil, sob a égide da Vigilância Sanitária” (MALUF, apud HIRAI, 2009) Essa concepção muda a partir desse período tendo como importante marco a 1º conferência de alimentação e Nutrição que aconteceu em 1986 onde a mesma prevê a alimentação como direito básico. Segundo (HIRAÍ 2009), a proposta de segurança alimentar como política também

contemplava a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Para tanto:

O conceito de Segurança Alimentar ampliava-se incorporando, às esferas de produção agrícola e do abastecimento, as dimensões do acesso aos alimentos, das carências nutricionais e da qualidade dos alimentos. Começava-se então a falar de Segurança Alimentar e Nutricional (VALENTE, 2002, p. 2).

Compreendemos que avanço na compreensão de segurança alimentar se faz importante para o reconhecimento do alimento enquanto direito humano e ainda, que incorporar as esferas da produção agrícola acena para pensar a questão da agricultura enquanto determinante do alcance ou não de segurança alimentar.

Todavia, os assistentes sociais têm um compromisso ético-político em defesa dos direitos humanos e sociais. Onde dentre eles encontra-se a alimentação essa que é considerada direito humano fundamental, legitimada pela declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas já em 1948. O serviço Social ainda em seu código de ética se compromete em apoiar os movimentos sociais.

Percebemos ao longo do processo que a mobilização e organização do MTD acontecem de forma diferenciada se comparada ao MST, movimento social com uma longa trajetória de lutas e formação política. O MTD ainda está em processo de auto organização para então conseguir se auto-analisar enquanto movimento e ser autogestionário. Já percebemos ao longo do projeto que alguns impactos na vida das integrantes do MTD o programa camponês já trouxe, mesmo que os alimentos ainda não tenham sido distribuídos, como é o caso dos cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC) onde algumas integrantes do movimento depois do término do curso abriram um restaurante de forma cooperativada em seu bairro. Ou a própria discussão de regularização fundiária que vem mobilizando as integrantes.

4. CONCLUSÕES

Em síntese o programa camponês atende as diretrizes da política de Segurança Alimentar e Nutricional ao modo que prevê o acesso ao alimento de qualidade e incentiva a produção por meio da agricultura familiar de forma sustentável. Lembrando ainda que o mesmo devem ser usado como dispositivo político para que as pessoas se organizem e a partir disso pode-se conseguir com a produção dessas demandas coletivas uma potencialidade frente ao poder público.

O Serviço Social tem como sua matéria prima de trabalho a questão social posto que os assistentes sociais enfrentam as referidas expressões em seu cotidiano profissional. Assim investigar as formas como a questão social se manifesta é parte constitutiva da dimensão investigativa da profissão sendo a pesquisa fundamental para uma intervenção qualificada. Então, aprofundar o conhecimento sobre a política de segurança alimentar bem como os programas que incentivam a produção agroecológica dos movimentos sociais é um compromisso ético-político da profissão posto que a alimentação é um direito humano fundamental o Serviço Social tem um compromisso ético-político em defesa desses direitos bem como um comprometimento explícito com os movimentos sociais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari, 2002.

BRASIL, Lei Federal n. 11.346/2006. Acesso em 05 de jun. de 2014 disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm

CASTRO, J. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro, entre o pão e o aço**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

HIRÁI, W. G. **Segurança alimentar em tempo de (in) sustentabilidade produzida**.

Acesso em 05 de jun. 2014. Online disponível em: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2439

VALENTE, F. L. S. **O direito humano à alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.